



LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS NASCIDOS VIVOS E DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

LEGISLAÇÃO VIGENTE	REGULAMENTAÇÕES
PERÍODO DE 1973 A 2003	
Legislação Relativa aos Sistemas de Informações sobre Mortalidade (SIM) e sobre Nascidos Vivos (SINASC) - PERÍODO DE 1973 A 2003	Compilado dos principais textos legais referentes aos Sistemas de Informações sobre Mortalidade – SIM e sobre Nascidos Vivos – SINASC.
2006	
Portaria N.º. 20, de 03 de outubro de 2006	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde – SIM e Sinasc.
2009	
Portaria N.º. 116, de 11 de fevereiro de 2009	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.
2010	
Decreto Federal N.º 7.231, de 14 de julho de 2010	Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
2012	
Lei Federal N.º. 12.662, de 5 de junho de 2012	Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo - DNV, regula sua expedição, altera a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.
Resolução do COFEN N.º 439, de 26 de novembro de 2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do título de especialista em Enfermagem Obstétrica e dá outras providências.
2013	
Provimento N.º 28 - Conselho Nacional de Justiça, de 05 de fevereiro de 2013	Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina.
2016	
Lei Estadual n.º 16.869, de 15 de janeiro de 2016	Dispõe sobre a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, e estabelece outras providências.
Parecer Técnico COREN/SC N.º 007/CT/2016, de 27 de janeiro de 2016	Atuação do Enfermeiro Obstétrico que assiste ao parto domiciliar e critérios para cadastramento para fins de emissão e preenchimento de Declaração de Nascidos Vivos.
Parecer Técnico COREN/SC N.º 23/CT/2016, de 14 de dezembro de 2016	Parto Domiciliar Planejado
Resolução COFEN N.º 516/2016 – Alterada pelas Resoluções COFEN N.ºS 524/2016 E 672/2021, de 27 de junho de 2016	Normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetrix na assistência às gestantes, parturientes, puérperase recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência e estabelecer critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetrix no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.
Portaria N.º.47, de 03 de maio de 2016	Define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde.

Provimento N° 52 - Conselho Nacional de Justiça/Cooregedoria Nacional de Justiça - de 14 de março de 2016	Dispõe sobre o registro tardio de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.
2017	
Nota Técnica N° 004 DIVE/SUV/SES, atualizada em 27 de julho de 2017	Atualização das orientações em relação à distribuição e fluxo das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) para profissionais que realizam parto domiciliar.
Lei Federal N° 13.484, de 26 de setembro de 2017	Altera a Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.
Provimento N° 63 - Conselho Nacional de Justiça/Cooregedoria Nacional de Justiça, de 14 de novembro de 2017	Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.
2018	
Lei Federal N° 13.685, de 25 de junho de 2018	Altera a Lei n° 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias, e a Lei n° 12.662, de 5 de junho de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de malformações congênicas.
Lei Estadual N° 17.580, de 05 de setembro de 2018	Dispõe sobre a distribuição, o preenchimento e o fluxo das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) para os profissionais que realizam parto domiciliar.
2019	
Provimento N° 83 - Conselho Nacional de Justiça/Cooregedoria Nacional de Justiça, de 14 de agosto de 2019	Altera a Seção II, que trata da Paternidade Socioafetiva, do Provimento n° 63, de 14 de novembro de 2017 da Corregedoria Nacional de Justiça.
2020	
Resolução CFM N° 2.284/2020, de 24 de maio de 2021	Dispõe que é ético o médico atender à vontade da gestante de realizar parto cesariano, garantidas a autonomia do médico e da paciente e a segurança do binômio materno-fetal, e revoga a Resolução CFM n° 2.144/2016, publicada no DOU de 22 de junho de 2016, Seção I, p. 138.
2021	
Resolução do COFEN N° 672, de 23 de julho de 2021	Altera a Resolução Cofen n° 516, de 23 de junho de 2016, que normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetiz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência e estabelece critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetiz no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.
Provimento N° 122 - Conselho Nacional de Justiça/Cooregedoria Nacional de Justiça, de 13 de agosto de 2021	Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido "ignorado".
Nota Técnica Federal N°195/2021-CGIAE/DASNT/SVS/MS, de 21 de setembro de 2021	Orientar gestores e interlocutores do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) a respeito das alterações realizadas no layout da Declaração de Nascido Vivo – DNV.
2022	
Nota Técnica Estadual N°32/2022 - GADNT/DIVE/SUV/SES/SC, de 27 de abril de 2022	Fluxo em Caso de Extravio da Segunda Via da Declaração de Nascido Vivo pela Família.
Nota Técnica Estadual N°42/2022 - GADNT/DIVE/SUV/SES/SC, de 02 de junho de 2022	Fluxo de Distribuição da Declaração de Nascidos Vivos para Profissionais de Saúde que Realizam Parto Domiciliar.
Nota Informativa Estadual N°008/2022 - GADNT/DIVE/SUV/SES/SC, de 15 de junho de 2022	Tempo de Guarda da Declaração de Nascido Vivo e da Declaração de Óbito para Unidades Notificadoras.

2023

Lei Estadual N° 18.640, de 09 de fevereiro de 2023	Dispõe sobre a notificação compulsória, por parte dos hospitais, maternidades, clínicas médicas e congêneres, públicos e privados, sobre o nascimento de crianças com fissura labiopalatal, no âmbito do Estado de Santa Catarina.
Portaria GM/MS N° 232, de 09 de março de 2023	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS n°s 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde -PQA-VS
Portaria GM/MS N° 233, de 09 de março de 2023	Estabelece as metas e os indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - PQA-VS para a avaliação do ano de 2023.
Provimento N° 151 - Conselho Nacional de Justiça/Poder Judiciário, de 26 de setembro de 2023	Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro do natimorto e para estabelecer o procedimento de promoção do registro de nascimento de criança ou adolescente no caso de omissão.
Instrução Normativa SES N° 01, de 24 de outubro de 2023	Dispõe sobre o fluxo de distribuição da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) para parteiras tradicionais que realizam parto domiciliar no Estado de Santa Catarina.
Portaria GM/MS n° 1.573, de 16 de outubro de 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS n° 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS), no âmbito do Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Lei Federal n° 14.737, de 27 de novembro de 2023	Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.
Nota Técnica Federal N° 79/2023 - CGIAE/DAENT/SVSA/MS, de 19 de dezembro de 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS n° 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS), no âmbito do Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

2024

Resolução do COFEN n° 737, de 2 de fevereiro de 2024	Normatiza a atuação do Enfermeiro Obstétrico e Obstetrix na assistência à mulher, recém nascido e família no Parto Domiciliar Planejado.
Nota Técnica n° 13/2024 COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/MS, de 04 de junho de 2024	Trata-se de orientação técnica acerca da atuação e da contribuição da doula no âmbito da Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil, na gestação, no trabalho de parto, no parto e após o parto. Esta nota revoga a Nota Técnica n° 96/2022 - CGOEX/SAPS/MS (0030241469).
Nota Informativa n° 011/2024 - GADNT/DIVE/SES/SC, de 20 de agosto de 2024	Competências e procedimentos para a execução e manutenção do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

2025

Portaria GM/MS N° 6.878, de 17 de abril de 2025	Estabelece as metas e os indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - PQA-VS, a partir do ano de 2025.
---	--